

Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S/A
CNPJ nº 01.754.239/0001-10 www.dufrio.com.br

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5a	203.914	35.152	Fornecedores	13	527.289	651.461
Contas a receber	6	342.201	379.189	Fornecedores – risco sacado	14	29.934	96.673
Estoques	7	664.349	777.264	Financiamentos e empréstimos	15	366.937	249.667
Adiantamentos a fornecedores		10.816	93.354	Instrumentos financeiros derivativos	4a	9.358	-
Impostos a recuperar	8i	22.638	25.115	Impostos e contribuições	8j	19.409	14.668
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	694	2.063	Salários e encargos		27.117	24.859
Instrumentos financeiros derivativos	4*	-	4.298	Dividendos e juros sobre capital próprio		3.915	8.533
Despesas antecipadas		25.120	18.322	Adiantamentos de clientes		12.517	14.818
Partes relacionadas	22	248	2.108	Passivo de arrendamento	12	22.444	23.062
Outras contas a receber		27.839	6.516	Outros passivos circulantes		8.862	9.477
		1.297.819	1.343.981			1.027.782	1.093.218
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras	5b	7.207	6.572	Financiamentos e empréstimos	15	383.925	301.771
Impostos a recuperar	8i	38.129	16.614	Passivo de arrendamento	12	66.791	71.216
Depósitos judiciais	16	48.688	6.069	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9b	3.560	3.302
Outros ativos		2.075	2.223	Impostos e contribuições	8j	5.040	8.455
		96.099	31.478	Provisão para contingências	16	2.082	2.147
						461.398	386.891
Investimentos	1.2	5.631	3.997	Patrimônio líquido			
Imobilizado	10	206.622	190.582	Capital social	17	150.000	150.000
Intangível	11	14.663	15.696	Reserva Legal	17	5.950	5.206
Ativos de direito de uso	12	76.783	83.064	Reservas de lucros	17	55.501	55.501
		303.699	293.339	Ajuste de avaliação patrimonial	17	(3.014)	(22.018)
						208.437	188.689
Total do ativo		1.697.617	1.668.798	Total do patrimônio líquido		1.697.617	1.668.798
				Total do passivo		1.697.617	1.668.798

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	(Prejuízo) Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2024		150.000	-	-	(17.380)	132.620
Resultado abrangente do período		-	-	-	104.115	104.115
Lucro líquido do exercício		-	-	-	104.115	104.115
Hedge de fluxo de caixa	17d	-	-	-	(22.018)	(22.018)
Destinações propostas:						
Reserva Legal	17b	-	5.206	-	(5.206)	-
Reserva de lucros	17c	-	-	55.501	(55.501)	-
Dividendos intercalares distribuídos	17e	-	-	-	(26.028)	(26.028)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		150.000	5.206	55.501	(22.018)	188.689
Resultado abrangente do período		-	-	-	14.876	14.876
Lucro líquido do exercício		-	-	-	14.876	14.876
Hedge de fluxo de caixa	17d	-	-	-	19.004	19.004
Destinações propostas:						
Reserva Legal	17b	-	744	-	(744)	-
Dividendos intercalares distribuídos	17e	-	-	-	(14.132)	(14.132)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		150.000	5.950	55.501	(3.014)	208.437

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, que possui sua matriz localizada na Rua Voluntários da Pátria, número 3303, Bairro São Geraldo, Porto Alegre, e possui um escritório corporativo localizado na Avenida Soledade, 1º andar do Ed. Carlos Gomes Center, número 550, Bairro Petrópolis, Porto Alegre. Iniciou suas operações em maio de 1997, com a atividade de comércio atacadista especializado em refrigeração doméstica, comercial e industrial buscando oferecer soluções completas em refrigeração e ar-condicionado. No exercício de 2025 foram inauguradas 03 lojas nos seguintes municípios: Feira de Santana/BA e São Vicente/SP e atualmente a Companhia conta com 35 lojas físicas, dessas 4 são centros de distribuição, vendas online e atendimento em todo o Brasil. **1.2 Investimentos – Hangar Capri Ltda.:** Em 2024 a Dufrio realizou um investimento em um hangar para guardar a aeronave adquirida no exercício anterior. Esse investimento foi compartilhado com outros dois acionistas, cada um com 33,33% de participação (FI Participações LTDA e SCL Agrícola S.A.). O investimento total para a construção do hangar foi de R\$ 5.631, sendo R\$ 1.649 investidos em 2025 e apresentado uma equivalência patrimonial negativa de R\$ 0,02 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **1.3 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis que estão apresentadas na Nota 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada em reunião de Diretoria realizada em 30 de março de 2026. **1.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Durante o exercício de 2025, a Companhia adotou as alterações às normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), cuja vigência se iniciou em 1º de janeiro de 2025. Dentre as alterações adotadas, destaca-se a revisão do CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, que introduziu orientações específicas para a determinação da taxa de câmbio aplicável em situações em que a moeda não é livremente conversível, bem como novos requisitos de divulgação. As alterações ao CPC 02 (R2) esclarecem: (i) quando uma moeda é considerada conversível por meio de mercados ou mecanismos disponíveis; (ii) como a taxa de câmbio deve ser estimada quando a conversibilidade não existe ou é possível apenas de forma insignificante; e (iii) quais divulgações adicionais devem ser apresentadas para permitir que os usuários das demonstrações financeiras avaliem os efeitos da falta de conversibilidade sobre a posição patrimonial, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. A aplicação inicial dessas alterações não resultou em impactos materiais sobre as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Normas emitidas e ainda não vigentes:** Adicionalmente, outras normas e alterações já emitidas pelo CPC, com vigência para exercícios futuros, não resultaram em mudanças nas políticas contábeis adotadas no exercício de 2025. Dessa forma, tais normas são divulgadas apenas como pronunciamentos a entrar em vigor em períodos subsequentes, conforme requerido pelos itens 30 e 31 do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. **1.5 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025: Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 ("EC nº 132/2023"), que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo ("Reforma"). A Reforma promove alterações estruturais relevantes no sistema tributário brasileiro, especialmente no que se refere à tributação sobre bens e serviços. Diversos aspectos da nova sistemática, incluindo alíquotas, regimes específicos, regras de creditamento, transição e compensação de créditos, ainda dependem de regulamentação por meio de Leis Complementares ("LC"), as quais deverão ser apreciadas pelo Congresso Nacional. O modelo introduzido pela Reforma está baseado em um imposto sobre Valor Agregado repartido ("IVA dual"), composto por: a) Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"), de competência federal; e b) o Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Esses tributos substituirão gradualmente o PIS, a COFINS, o ICMS e o ICS. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo ("IS"), de competência federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, conforme critérios a serem definidos em legislação complementar. A Reforma prevê um período de transição entre 2026 e 2032, durante o qual os sistemas tributários atual e novo coexistirão, com redução gradual dos tributos vigentes e introdução progressiva da CBS e do IBS. Considerando que o processo de regulamentação ainda está em andamento e que os efeitos econômicos e operacionais dependem de definições futuras, não há impactos mensuráveis da Reforma nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2. Políticas contábeis materiais: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: a) Caixa e equivalentes de caixa:

	2025	2024
Caixa e bancos	2.761	1.545
Aplicação financeira de curto prazo	201.153	33.607
Total	203.914	35.152

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha, com rentabilidade média em torno de 98%a.a do CDI (65%a.a do CDI em 2024). **b) Aplicação financeira:** Já a aplicação financeira de longo prazo está vinculada ao fundo de reserva constituído como contrapartida do fundo de reserva da nossa emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI, e está aplicado junto à Opea Securitizadora S.A.

4. Contas a receber: O contas a receber da Companhia é assim composta:

	2025	2024
Cientes	376.558	410.407
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(21.516)	(20.440)
Ajuste a valor presente	(12.841)	(10.778)
Total	342.201	379.189

Em 31 de dezembro, a análise do contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2025	2024
A vencer	333.097	378.096
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	11.201	7.989
De 31 a 60 dias	2.330	2.322
De 61 a 90 dias	1.979	1.064
De 91 a 120 dias	1.930	1.212
De 121 a 180 dias	2.866	1.657
Acima de 180 dias	23.455	18.067
Total	376.558	410.407

A movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber é assim demonstrada:

Saldo no início do exercício (20.440) Adições/reversões (13.727) Baixas efetivas (12.550) **Saldo no final do exercício (21.516)**

A movimentação do ajuste a valor presente segue abaixo:

Saldo no início do exercício (10.778) Adições/reversões líquidas (2.063) **Saldo no final do exercício (12.841)**

5. Estoques: A composição dos estoques da Companhia segue demonstrada abaixo:

	2025	2024
Mercadorias para revenda	567.840	489.850
Produtos acabados	21.908	132.877
Mercadoria em trânsito	59.127	155.601
Matéria-prima (i)	18.789	1.857
Embalagens	1.125	2.740
Provisão para estoques obsoletos	(4.440)	(5.661)
Total	664.349	777.264

(i) O saldo de matéria-prima refere-se a peças de câmaras frias e painéis fotovoltaicos montados no cliente. Do saldo de estoques de mercadorias, a Companhia realiza ajuste para refletir a obsolescência de estoques, conforme demonstrado abaixo:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	(5.661)	(4.383)
Adições/Reversões líquidas	1.221	(1.278)
Saldo no final do exercício	(4.440)	(5.661)

Do saldo de estoques de mercadorias, a Companhia realizou para o ano de 2025 uma análise de impairment vinculada ao estoque de uma linha de produto fotovoltaico que a está sendo descontinuada, o ajuste foi de R\$ 1.579, conforme demonstrado abaixo:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	-	-
Adições líquidas	(1.579)	-
Saldo no final do exercício	(1.579)	-

6. Impostos a recuperar e a pagar: A composição dos tributos a recuperar e a pagar é composta pelos seguintes tributos: a. Impostos a recuperar:

	2025	2024
ICMS (i)	55.190	35.699
PIS e COFINS	2.681	6.020
IRPJ e CSLL	2.895	10
IRPJ e CSLL	60.767	41.729
Total dos impostos a recuperar	122.538	83.458
Circulante	22.638	25.115
Não circulante	99.900	58.343

(i) O valor é composto por créditos de ICMS vinculados a: a) No exercício de 2024 a Companhia registrou a recuperação de R\$ 29.473 (saldo remanescente de R\$ 7.858 em 31 de dezembro de 2025) referente a ICMS DIFAL recolhido indevidamente para o estado de São Paulo, competência. 2016 a 2021, com base no mandado de segurança nº 1050898-0/2020.8.26.0053, com trânsito em julgado no dia 03/04/2023, o qual julgou inconstitucional a cobrança do DIFAL. Após trânsito em julgado, foi feita consulta tributária nº 00029541/2024, protocolada em 03/04/2024, na qual foi orientado pelo SEFAZ/SP a compensação em conta corrente dos valores recolhidos indevidamente ao estado. Não foram considerados nessa compensação os valores pagos via depósito judicial por meio de liminar e já recuperados. Sobre esse valor, foi provisionado o montante de 10% (R\$ 2.947), a título de honorários advocatícios; b) A Companhia mediante processo nº 5058293-87/2023.4.04.7100 possui o direito de excluir o DIFAL-destino da base de cálculo do PIS e da COFINS, tese alinhada ao entendimento do STF no Tema 69, que firmou a exclusão do ICMS destacado da base dessas contribuições. O DIFAL não possui natureza jurídica autônoma ou distinta do ICMS, não compoendo receita ou faturamento, e sim apenas um ingresso financeiro transitório. A jurisprudência recente e reiterada do STJ reconheceu expressamente que o DIFAL-ICMS não integra a Base Cálculo do PIS e da COFINS. Em 2025, o Parecer SEI nº 71/2025/PGFN reconheceu a identidade material entre ICMS "tradicional" e o ICMS-DIFAL incluindo a tese de exclusão de ICMS da Base de Cálculo do PIS e da COFINS, reforçando a tese das empresas e orientando quanto à não litigância em determinados casos. A RFB manifestou-se favorável por meio da solução de consulta Cosit 198/2025. A Companhia buscou junto aos seus advogados uma *legal opinion* e decidiu reconhecer o crédito tributário do período de 2020 a 2025 fundamentado no parecer SEI o montante de R\$ 33.366 líquido de honorários (honorário R\$ 2.130) registrado como ativo praticamente certo e classificado como outras receitas operacionais na demonstração do resultado.

b. Impostos e contribuições a pagar:

	2025	2024
ICMS	(16.850)	(19.462)
IRRF	(129)	(116)
ISSQN	(22)	(17)
PIS e COFINS	(7.448)	(3.528)
Total dos impostos a pagar	(24.449)	(23.123)
Circulante	(19.409)	(14.668)
Não circulante	(5.040)	(8.455)

Demonstração do Fluxo de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício antes dos impostos sobre o lucro		15.134	103.725
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	10 e 11	14.954	11.289
Depreciação arrendamentos - direitos de uso	12	24.921	23.190
Provisões p/ riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	(45)	(839)
Ajuste a valor presente em contas a receber	6	(2.063)	(3.869)
Ajuste a valor presente em fornecedores	13	(1.084)	(1.637)
Ganhos tributários	20	(2.209)	(27.322)
Reversão contingências ICMS Difal 2022	20	(34.510)	-
Recuperação de crédito tributário	20	(29.141)	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	6	10.499	5.418
Equivalência patrimonial	7	15	3
Reversão para perdas em estoques	10	4.021	19.157
Baixa de ativo imobilizado	12	13.738	12.641
Despesa de juros sobre arrendamentos	21	89.187	49.788
Despesa de juros - empréstimos	21	87	779
Despesas de juros sobre risco sacado	21	(4.200)	8.287
Perda (ganho) líquida em instrumentos derivativos			
Variação cambial líquida provisionada sobre endividamento	12	(796)	8.782
Baixa de contratos de arrendamento	12	(796)	(1.274)
Contas a receber	6	26.251	(90.493)
Depósitos judiciais	16	(8.109)	10.815
Adiantamentos a fornecedores		82.538	(48.727)
Despesas antecipadas		(6.198)	1.462
Impostos a recuperar	8i	13.681	(5.580)
Estoques	7	112.557	(241.924)
Partes relacionadas	22	1.860	(2.035)
Variação nos ativos: circulantes e não circulantes		(21.811)	1.171
Variação nos passivos:			
Fornecedores	13	(123.088)	169.429
Salários e encargos		2.258	2.031
Impostos a recolher	8j	1.326	168
Contas a pagar		(635)	3.882
Caixa gerado nas operações		179.946	15.447
Juros pagos nas operações de arrendamento	12	(13.738)	(12.641)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		165.758	1.906
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Pagamentos por propriedade para investimento	1.2	(1.649)	(4.000)
Aquisição de imobilizado	10	(32.041)	(133.878)
Aquisição de ativos intangíveis	11	(1.941)	(396)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes (aplicados nas) atividades de investimentos		(35.631)	(138.274)
Fluxo de caixa das ativ. de financiamentos			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(18.750)	(30.739)
Captação de empréstimos			